

ISSN: 1676-7047

Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução nº 7

Aristóteles
Segundos Analíticos
Livro I

Tradução, introdução e notas
Lucas Angioni

IFCH/UNICAMP
Fevereiro de 2004

Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução nº 7

Aristóteles
Segundos Analíticos
Livro I

Tradução, introdução e notas
Lucas Angioni
Departamento de Filosofia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH
UNICAMP

Fevereiro de 2004

CLÁSSICOS DA FILOSOFIA: CADERNOS DE TRADUÇÃO N. 7

IFCH/UNICAMP
Setor de Publicações

ISSN: 1676-7047

Diretor: Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo
Diretora Associada: Profa. Dra. Rita de Cássia Lahoz Morelli

Comissão de Publicações:

Coordenação Geral: Profa. Dra. Rita de Cássia Lahoz Morelli
Coordenação da Revista Idéias: Prof. Dr. Marcelo Ridenti
Coordenação da Coleção Idéias: Prof. Dr. Pedro Paulo Funari
Coordenação das Coleções Seriadas: Prof. Dr. Lucas Angioni
Representantes dos Departamentos: Profª Dra. Maria Suely Kofes - DA, Profª Dra. Eliane Moura da Silva – DH, Prof. Dr. Lucas Angioni - DF e Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço - DS
Representantes dos funcionários do setor: Marilza A. Silva e Magali Mendes
Representante discente: Igor José de Renó Machado (pós-graduação)

Setor de Publicações:

Marilza A. da Silva e Magali Mendes.

Gráfica:

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Luiz Antonio dos Santos, Marcilio Cesar de Carvalho e José Carlos Diana.

Endereço para correspondência:

IFCH/UNICAMP - SETOR DE PUBLICAÇÕES
Caixa Postal: 6110
CEP: 13083-970 - Campinas - SP
Tel. (019) 3788.1604 / 1603 - Fax: (019) 3788.1589
morewa@unicamp.br - <http://www.unicamp.br/ifch/publicacoes/>

**SOLICITA-SE PERMUTA
EXCHANGE DESIRED**

Capa - Composição e Diagramação - Revisão - Impressão
IFCH/UNICAMP

SUMÁRIO

Introdução.....	5
Livro I	13
Notas	75
Glossário	97
Bibliografia.....	109

INTRODUÇÃO

Lucas Angioni

Esta tradução tem um caráter experimental e preliminar, como, afinal, todas as outras traduções de Aristóteles que venho publicando nesta coleção ou em coleção similar do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Traduzir uma obra tão difícil como o livro I dos *Segundos Analíticos* é, certamente, um empreendimento temerário. Não obstante, meu objetivo resume-se em duas partes: por um lado, pretendo pôr à minha própria disposição, bem como à disposição dos alunos e outros interessados, um instrumento de trabalho minimamente viável para o oferecimento de cursos sobre a noção aristotélica de ciência; por outro lado, espero que a presente tradução forneça um ponto de partida para a discussão crítica de vários pontos que me interessam, concernentes não apenas aos detalhes da doutrina aristotélica sobre o conhecimento científico, mas também à tradutibilidade do texto aristotélico e à eventual consolidação de um vocabulário filosófico aristotélico em português, com toda a maleabilidade que lhe convém. Assim, a partir da recepção crítica dos leitores e de discussões em seminários, pretendo rever paulatinamente a presente tradução, acrescentando-lhe melhorias e correções, até o momento em que julgá-la apta para uma publicação “definitiva” em veículo apropriado.

Breve resumo do Livro I dos *Segundos Analíticos*

O presente resumo não pretende dissecar exaustivamente todos os meandros argumentativos do livro I dos *Segundos Analíticos*, assim como não pretende avaliar seu conteúdo filosófico. Pretendo apenas descrever, de um modo bastante sinóptico e a título de orientação introdutória para o leitor, os principais agrupamentos de capítulos, as linhas gerais que delimitam tais agrupamentos e as premissões subjacentes às mesmas, as quais imprimem ao texto a progressão argumentativa que lhe é peculiar.

Os dez primeiros capítulos – ou talvez os treze primeiros – apresentam, por assim dizer, o núcleo central da concepção aristotélica de conhecimento científico.

No primeiro capítulo, expõe-se, sob o pano de fundo da “aporia do *Mênon*”, a necessidade de um conhecimento preliminar, a partir do qual se possa constituir o conhecimento científico. O capítulo seguinte é um dos mais decisivos: “conhecer cientificamente” aí se define como conhecer a relação necessária entre certa coisa e a causa apropriada pela qual ela se dá, e, em seguida, como a posse de um silogismo demonstrativo, cujas premissas sejam *verdadeiras, primeiras, imediatas* e enunciem as causas *primeiras*, por natureza *anteriores e mais conhecidas* do que os efeitos relatados na conclusão.

No capítulo 3, Aristóteles responde a certas objeções contra a possibilidade de se demonstrar algo a partir de premissas imediatas. O capítulo 4 é igualmente decisivo, pois, tendo em vista especificar mais detalhadamente a natureza das premissas das quais deve proceder uma demonstração científica, Aristóteles oferece uma classificação de tipos de predicados. O capítulo 5 apenas leva mais adiante alguns desdobramentos concernentes ao tipo de predicado que parece

ser o mais relevante (o predicado “universal”). Já no capítulo 6, um dos mais difíceis e polêmicos, Aristóteles determina que as proposições científicas são, em si mesmas, necessárias – como se a necessidade que caracteriza o conhecimento científico fosse além da mera necessidade lógica pela qual premissas apropriadas engendram uma conclusão necessária, como se houvesse uma necessidade *de re* nas coisas a que se reportam uma conclusão rigorosamente científica (o mesmo assunto retorna, sob outro aspecto, no capítulo 8). As controvérsias se avolumam nos capítulos seguintes, 7 e 9, nos quais se discute a célebre “proibição da *metabase*” e a subordinação de certas ciências a outras. Finalmente, o capítulo 10 introduz a importante distinção entre princípios próprios e comuns, assim como define diversos elementos importantes para a teoria aristotélica (como as noções de hipótese, postulado, etc.).

As observações contidas nos capítulos 2, 6, 7 e 10, somadas e comparadas entre si, fornecem um quadro perfeitamente claro sobre a estrutura geral de uma demonstração científica: a partir dos princípios, isto é, proposições imediatas e verdadeiras, necessárias em si mesmas, e que definem o que é o “gênero subjacente” a ser estudado, deduzem-se, conforme à necessidade típica do silogismo em geral e de acordo com alguns axiomas formais, as características que se atribuem necessariamente à coisa definida, na medida em que ela é tomada em si mesma.

Os princípios próprios voltam a ser objeto do capítulo 11, no qual também se apresenta uma objeção às Formas platônicas. No capítulo 12, Aristóteles reforça a doutrina da “autonomia das ciências” (especificada nos capítulos 7 e 9) elaborando a noção de “questão científica”, pela qual se delimitam as fronteiras daquilo que pode ser legitimamente perguntado no âmbito de uma ciência determinada, isto é, as fronteiras dos problemas que uma ciência é apropriadamente responsável por resolver. Finalmente, o capítulo 13 se detém na célebre distinção

Lucas Angioni

entre o conhecimento dos fatos (do “*que é o caso*”) e o conhecimento das causas (do “*por que é o caso*”).

O próximo bloco de capítulos (14-26) é mais formal e, num sentido bastante preciso, mais analítico: vários pontos já expostos são agora elucidados à luz da análise das figuras silogísticas estudadas nos *Primeiros Analíticos*. Assim, Aristóteles delimita, em termos de análise silogística, em que consiste um “intervalo atômico”, ou seja, uma proposição imediata (seja ela afirmativa ou negativa), que não pode ser demonstrada a partir de nenhuma outra proposição que lhe fosse anterior (capítulo 15); delimita de que modo pode-se errar e chegar a conclusões falsas através de silogismos válidos (capítulo 16); estabelece, detalhadamente, a impossibilidade de séries predicativas ao infinito e, por conseguinte, a impossibilidade de séries demonstrativas que prosseguissem ao infinito (capítulos 19-23); prova que, em geral, a demonstração universal é mais propícia à ciência do que a demonstração particular (capítulo 24), que a demonstração probatória é mais propícia à ciência do que a demonstração privativa (capítulo 25), e, finalmente, define o lugar apropriado à demonstração “que conduz ao impossível” (capítulo 26).

Neste bloco, deve-se destacar, ainda, o capítulo 18, que não faz parte dessa progressão argumentativa e apenas estabelece que a percepção é a fonte de todas as informações preliminares sobre as quais se pode construir um conhecimento científico, e o capítulo 22, que, no propósito de provar que não há séries predicativas infinitas, expõe, por assim dizer, uma elaborada teoria da predicação, discernindo em que consiste uma predicação apropriada e em que consistem seus elementos (o “subjacente”, o “concomitante”, etc.).

Os capítulos restantes não apresentam grande coesão entre si, pois acrescentam observações complementares, a partir de pontos de vista diversos. Os capí-

tulos 27-29 são tão sucintos que nem mereceriam atenção num resumo como este. Já o capítulo 30, embora sucinto, deve ser mencionado por determinar (em concordância com diversos outros pronunciamentos de Aristóteles) que aquilo que ocorre por acaso não pode ser conhecido cientificamente, visto que a ciência tem por objeto aquilo que se dá sempre ou no mais das vezes do mesmo modo. O capítulo 31 retoma as observações do capítulo 18, enfatizando que a percepção é a fonte de todas as informações sobre as quais se pode ter ciência. O capítulo 32 procura mostrar que não é possível haver um mesmo princípio a partir do qual todas as coisas pudessem ser demonstradas, isto é, uma ciência suprema que pudesse deduzir os princípios de todas as demais ciências. O capítulo 33 busca traçar as diferenças entre conhecimento científico e opinião e, finalmente, o capítulo 34, já adentrando, por assim dizer, no terreno da psicologia heurística, define a noção de “argúcia” (*anchinoia*).

Método de tradução

Sobre os pressupostos que guiaram minhas opções de tradução, não tenho muito a acrescentar além daquilo que já foi dito nas Introduções de outros volumes desta coleção – sobretudo os volumes com as traduções de *Física I-II* (*Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução* nº 1) e *Segundos Analíticos II* (*Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução* nº 4).

Apenas observo que cada vez mais parece-me impróprio, para a tradução dos textos aristotélicos, o recurso aos colchetes – “[sc. ...]”. Pelas razões que já aleguei nos volumes acima mencionados, venho consolidando minha opção por eliminar totalmente tal recurso, reservando-o apenas para casos muito especiais.

Lucas Angioni

Texto grego e traduções consultadas

Para delimitar o texto grego desta tradução preliminar, julguei suficiente ater-me à edição crítica de David Ross:

- *Aristoteles: Analytica Priora et Posteriora*, ed. W. D. Ross, Oxford: Clarendon Press, 1949.

Consultei também a edição de Bekker, contida em:

- *Aristotelis Opera*, ed. E. Bekker (editio altera Olof Gigon), Berlin: Walter De Gruyter, 1961.

No entanto, não fiz comparações sistemáticas entre as edições de Ross e Bekker. Assumi a primeira como ponto de partida e consultei a segunda apenas nas passagens mais difíceis, ou a partir de observações contidas no aparato crítico da edição de Ross. Numa futura tradução revisada, obviamente não me poderia furtar a um exame mais minucioso de todas as variantes do texto grego, inclusive as que são atestadas pelos comentadores antigos. Para a presente edição, no entanto, pareceu-me aceitável poupar-me de tal tarefa.

Para as saudáveis comparações que fazem parte do trabalho do tradutor, consultei as traduções inglesas de Barnes e Mure:

- BARNES, J. *Aristotle, Posterior Analytics*, Oxford: Clarendon Press, 2ª. ed., 1993.

- MURE, G. R. G., *Posterior Analytics*, in *Great Books of Western World*.

Agradecimentos

Agradecemos a Marco Zingano, pelos empréstimos bibliográficos e pelo constante encorajamento em nossas temerárias empreitadas de tradução. Agradeço a Alberto Alonso Muñoz, por quem obtive cópias de diversos trabalhos relevantes citados na bibliografia e de quem recebi entusiástico incentivo. Também pelo constante encorajamento, devo agradecer a Roberto Bolzani Filho. Menciono também o prof. José Cavalcante de Souza, com quem me iniciei na árdua aventura de ler os textos de Aristóteles no idioma original. Agradeço a Luis Márcio Nogueira Fontes e Carlos Alexandre Terra, pela revisão da digitação e por inúmeras sugestões que contribuíram para aprimorar a tradução.

Agradeço às diversas agências de fomento que, direta ou indiretamente, permitiram que o presente trabalho se desenvolvesse a contento: a FUNCAMP, que, através do FAEP, deu apoio a várias etapas da pesquisa que resulta no presente volume; a FAPESP, na medida em que as discussões sobre a *Física*, no bojo dos seminários do Projeto Temático FAPESP “Ética e Metafísica em Aristóteles”, durante o ano de 2003, tiveram forte impacto em várias leituras e opções de tradução dos *Segundos Analíticos*; o CNPq, na medida em que as pesquisas sobre *Física* I-II e *Metafísica* VII-VIII também influenciaram enormemente minha apreciação sobre a noção aristotélica de ciência e sobre a tradutibilidade do texto aristotélico.

ARISTÓTELES

SEGUNDOS ANALÍTICOS

Livro I

Capítulo 1

[71a 1] Todo ensinamento e todo aprendizado racional surge a partir de conhecimento previamente disponível. Isto é manifesto em todos os casos, para quem os observa: de fato, entre as ciências, as matemáticas surgem desse modo, bem como cada uma das demais técnicas. Semelhantemente também com os argumentos, tanto os que se dão através de silogismo, como os que se dão através de indução: ambos propiciam o ensinamento através de itens previamente conhecidos, os primeiros, assumindo-os como se nós os conhecêssemos, os segundos, mostrando o universal por ser evidente o particular.

[71a 9] É do mesmo modo que também os argumentos retóricos persuadem: ou através de exemplos (que são induções), ou através de entimemas (que são silogismos).

[71a 11] De dois modos é necessário vir a conhecer previamente: de fato, para certos itens, é necessário assumir previamente *que eles são o caso*; às vezes, é preciso compreender *o que é* aquilo que é mencionado, ao passo que, em outros casos, é preciso assumir ambas as coisas. Por exemplo: que, em relação a tudo,

Aristóteles

ou afirmar ou negar é verdadeiro, é preciso assumir *que é o caso*; para o triângulo, é preciso assumir que ele significa *isto aqui*; para a unidade, é preciso assumir tanto *o que* significa, como *que é o caso*, pois não é de modo semelhante que cada um desses pontos nos é evidente.

[71a 17] Vir a conhecer se dá na medida em que se conhece previamente certas coisas e se toma conhecimento de outras ao mesmo tempo (como, por exemplo, todas as coisas que sucedem estar sob o universal, do qual se tem conhecimento). Com efeito, sabia previamente que todo triângulo possui os ângulos iguais a dois retos; mas, que tal e tal coisa no semi-círculo é triângulo, reconheceu ao mesmo tempo em que induziu (de fato, o aprendizado de certos itens se dá desse modo, e não é através do intermediador que se conhece o extremo, no caso de todos os itens que sucedem ser particulares e não ser a respeito de algum subjacente). Deve-se dizer que, antes de ter induzido ou de ter apreendido o silogismo, de certo modo conhecia, mas, de certo modo, não. Pois, com relação àquilo que ele não sabia se era o caso, sem mais, como ele saberia que tem dois ângulos retos, sem mais? Ora, é evidente que, de um certo modo, ele conhecia, porque conhecia universalmente, mas não conhecia sem mais. Caso contrário, decorreria a dificuldade do *Mênor*: ou não se poderia aprender nada, ou então aquilo que se sabe. Pois, com certeza, não nos devemos pronunciar tal como alguns tentam resolvê-la. “Sabes que toda díada é par, ou não?”. Se o interlocutor afirma que sim, trazem uma díada que ele não sabia ser o caso, de modo que nem sabia que ela era par. Tentam resolver afirmando que não sabem “que toda díada é par”, mas que sabem “que a díada que sabem ser díada é par”. No entanto, conhecem aquilo de que têm demonstração ou aquilo a respeito de que assumiram, e assumiram não “que tudo o que sabem ser triângulo ou número ...”, mas, sem mais, a respeito de todo número ou triângulo; pois não se assume nenhuma premissa deste tipo, “o número que tu conheces” ou “o retilíneo que tu conheces”, mas se assume a respeito de todos os casos.

[71b 5] Ora, nada impede (julgo) que de certo modo se conheça aquilo que se está aprendendo, mas, de certo modo, se ignore. Pois não é absurdo se alguém conhece de algum modo aquilo que está aprendendo, mas sim se o conhece deste modo, isto é, do modo e da maneira por que está aprendendo.

Capítulo 2

[71b 9] Julgamos conhecer cientificamente uma coisa qualquer, sem mais (e não do modo sofisticado, por concomitância), quando julgamos reconhecer, a respeito da causa pela qual a coisa é, que ela é causa disso, e que não é possível ser de outro modo. É evidente que conhecer cientificamente é algo deste tipo; pois tanto os que não conhecem julgam estar assim dispostos, como também os que conhecem assim se dispõem de fato; por conseguinte, é impossível que seja de outro modo aquilo de que, sem mais, há conhecimento científico.

[71b 16] Se há também um outro modo de conhecer cientificamente, investigaremos depois, mas afirmamos que de fato conhecemos através de demonstração. E por “demonstração” entendo silogismo científico; e por “científico” entendo aquele segundo o qual conhecemos cientificamente por possuí-lo.

[71b 19] Assim, se o conhecer cientificamente é como propusemos, é necessário que o conhecimento demonstrativo provenha de itens verdadeiros, primeiros, imediatos, mais cognoscíveis que a conclusão, anteriores a ela e que sejam causas dela. Pois é deste modo que os princípios serão de fato apropriados ao que se prova. É possível haver silogismo mesmo sem tais itens, mas não é possível haver demonstração. Pois tal silogismo não poderia propiciar conhecimento científico.

[71b 25] É preciso que tais itens sejam verdadeiros, porque não é possível conhecer cientificamente aquilo que não é o caso, por exemplo, que a diagonal é comensurável. É preciso proceder a partir de itens primeiros indemonstráveis, porque, caso contrário, não seria possível conhecer cientificamente sem possuir demonstração deles (pois conhecer cientificamente não por concomitância aqui-